

52ª. Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Transportes e Trânsito – CMTT

Data: **28.09.2020** (segunda-feira)

Horário: **9:00** às **12:00** (online)

Participantes:

Conselheiros | Órgãos Municipais

1. André Luis Gonçalves Pina – SMDU
2. Carlos Roberto T. Borgonovi - SPTrans
3. Christina Maria M. Borges - SPTrans
4. Denise de Campos Bittencourt - SMDU
5. Eduardo Macabelli - CET
6. Elisabete França – Secretária de Mobilidade e Transportes, SMT
7. Gerson Carlos Dessia - SPTrans
8. Irineu Gnecco Filho - SG
9. Isabela Muniz - SPTrans
10. Izabel Cristina Oliveira - SME
11. Leonardo Barbosa de Oliveira – SGM
12. Manoel Messias C. Santos – SPTrans
13. Maria Cristina F. Biondilo – SPTrans
14. Maria Teresa Diniz – Secretária Executiva CMTT
15. Nancy Schneider - CET
16. Oswaldo Rafael Fantini - SMPED
17. Vanessa de Lima Barreto - SGM
18. Valtair Ferreira Valadão – CET

Conselheiros | Temáticos, Regionais e Operadores do Transporte

1. Adauto B. Filho - SETCESP
2. Ademilson Francisco Costa - SIMTETAXIS
3. Ana Carolina – Mobilidade a Pé
4. Bárbara H. S. Montalva – Juventude
5. Carlos Afonso Aranha – Meio Ambiente e Saúde
6. Carlos Alberto Fernandes R. de Souza - SPUrbanuss
7. Carolina Guimarães – Meio Ambiente e Saúde
8. Daniel Drager – Regional Sul
9. Elio Camargo – Integrante CTMP
10. Fernanda de Campos Bardelli - CTB
11. Idernani Gomes do Carmo – Regional Leste
12. Francisco Armando Noschang Christovam – SPUrbanuss
13. João Santo Carcan – Idosos
14. Jorge Miguel dos Santos - TRANFRETUR
15. Ligia Miranda de Oliveira – ONG
16. Luciana Trindade de Macedo – Regional Centro

17. Maurício Vieira da Cunha – Regional Sul
18. Mauro Calliari – CTMP
19. Paulo Reis - Regional Oeste
20. Rafael Del Mônico Drummond – Regional Centro
21. Rafael Gândara Calabria – ONG
22. Sandra Ramalho – Pessoa com Deficiência
23. Sasha Hart – Integrante da CTB
24. Tayguara Helou – SETCESP
25. Wesley Florêncio – SIMETESP

Observadores:

1. Ana Jarrouge
2. Andréia - SPTrans
3. Bibiana Tini
4. Bruno
5. Caique
6. Carlo Luís
7. Cilene Cabral - SPTrans
8. Dawton Gaia - CET
9. Diego Xavier Leite - SMT
10. Donizetti - SPTrans
11. Eduardo Canhadas – CET
12. Evely Trevisan - CET
13. Fernando de Caires - SMT
14. Flávio Soares
15. Gabriel Caldeira
16. Gabriella Peixoto
17. George
18. Grasieli Souza - SMT
19. Grasieli Aline
20. Hugo
21. José Montal – ABRAMET
22. José Renato Melhem - SMT
23. Juliana Cruz - SPTrans
24. Kelly
25. Luan Ferraz Chaves - SMT
26. Lucian
27. Luiza Gomide – CET
28. Marcos Kiyoto
29. Michele Perea - SMT
30. Olivia - SPTrans
31. Rafael Fontes
32. Renata de Andrade Leal
33. Rosa Oliveira - CET
34. Rodrigo Veloso
35. Rose
36. Sidnei Falcão
37. Toninho Araujo
38. Vanessa Pessoa - SMT

Maria Teresa – Bom dia, agradecemos a presença de todos. O primeiro item da pauta é a **aprovação da Ata de 51ª Reunião Ordinária**. Gostaria de saber se todos receberam e se há algum apontamento a ser feito.

Christina Borges – dos assuntos tratados da SPTrans está tudo correto.

Maria Teresa – algum comentário? Algum pedido de alteração? Ok, aprovada. A Rosa colocará no site. Passamos para o segundo ponto que é o **Regimento Interno**. Tivemos duas reuniões do GT do Regimento Interno e foi muito produtiva, pois num curto espaço de tempo tivemos muitos consensos. Enviamos para vocês a proposta do grupo já revisada pelo nosso Jurídico, para que avaliassem e ver se conseguimos aprovar nesta reunião. Para que todos possam ficar na mesma página farei alguns comentários na projeção a seguir. A primeira questão tratada foi trazer para o documento os itens principais que constam no Decreto afim de facilitar a consulta no dia a dia. Falamos da **competência** do CMTT, da **composição** que, por ser bastante diversa poderia gerar dúvidas, das **funções da coordenação executiva** (objetivos, decisões, como é designada, etc.) das **reuniões** (como serão instaladas) a saber: com quórum mínimo de 50% em primeira convocação e em segunda com qualquer quórum. No artigo 14 são descritos os prazos: abertura às 9:00 com 50% mais um dos conselheiros presentes e 9:15 com qualquer número de conselheiros presentes. Entendemos, sobretudo neste momento com as reuniões online, que não devemos esperar trinta minutos para o início da reunião. Há muitas faltas; normalmente esperamos, mas acabamos iniciando a reunião sem quórum da mesma maneira. Melhoramos também a redação sobre o envio de **pontos de pauta**: criamos mais um canal para envio das pautas que consiste no conselheiro enviar diretamente à Secretaria Executiva a sugestão dele com **vinte dias de antecedência**. Ele poderá usar o membro da secretaria executiva que o representa, mas poderá também enviar um e-mail solicitando a inclusão de ponto de pauta para a próxima reunião. A coordenação executiva se reunirá antes para discussão de todas as solicitações recebidas, fará uma avaliação das possibilidades e encaminhará a pauta para todos. Em relação às reuniões presenciais vou abrir a palavra para o Carlos fazer suas considerações. Há também um ponto que discutimos na sexta-feira e gostaria de apresentar para vocês, pois trata-se de uma dificuldade que estamos tendo agora. Tínhamos no Regimento passado uma questão omissa em relação às **justificativas de faltas**. **Perda do mandato** é um dos pontos mais complicados que temos hoje; muitas faltas e dificuldades na substituição. Incluímos as formas da perda de mandato, mas não incluímos o que é considerado **justo motivo**. Recebemos algumas justificativas, mas as pessoas perguntaram por exemplo “*O que vale como justificativa?*”. Com base em outros Regimentos trouxe alguns motivos e gostaria de saber a opinião de vocês sobre esta questão. São eles: falecimentos de parentes (ascendentes e descendentes); casamento; nascimento de filho; doação de sangue; consulta médica; acompanhamento de esposo(a) e/ou filho(a) em consulta médica; obrigações ligadas à justiça eleitoral; comparecimento ao juízo e representação da entidade em encontros, conferências e similares. Abrirei agora a palavra.

Carlos – gostaria de sugerir que fosse definido um calendário anual para que as pessoas possam programar sua participação.

Maria Teresa – já temos no site do CMTT o calendário.

Rosa – no final do ano o calendário é enviado para todos os conselheiros para aprovação.

Carlos – bacana; poderíamos colocar também no calendário eletrônico. Penso que seria interessante. De qualquer maneira, se já está no site, peço que desconsiderem este

apontamento. Com relação ao Regimento, conforme indiquei na minha resposta, penso que deveríamos caminhar para a realização de reuniões virtuais. A reunião presencial deveria ser exceção. Isto pensando no momento atual e nas novas formas e propostas de trabalho. Auxiliaria no dia a dia nas instituições, além dos custos no deslocamento e tudo que ele envolve.

Maria Teresa – antes que me esqueça, havia prometido na reunião passada que traria o cronômetro para limitar nosso tempo de fala. Dependerá do contexto. Vou projetar por aqui, mas a Ana Carolina poderá falar à vontade.

Ana Carolina – já fiz uma sugestão em relação ao Regimento que é **substituir o “esposa” por “cônjuge”**. Há também uma questão sobre uma **conselheira que renunciou em virtude de se candidatar agora nas eleições municipais**, mas isto não está previsto no Artigo XX. Não sei se existe alguma regra geral no caso de conselheiros que necessitem se afastar perderem o mandato. Acho que seria **importante deixarmos isto claro também no nosso Regimento**. Às vezes a pessoa pode querer renunciar à vaga no Conselho para se candidatar, mas em outros casos não.

Maria Teresa – se quando fizermos a votação todos estiverem de acordo, posso solicitar ao nosso jurídico que auxilie na redação desse item e incluímos aqui.

Rosa – a Luciana solicitou uma licença de seis meses e isto também não está previsto. Ela também sairá candidata.

Maria Teresa – é verdade. Penso que aí começa a complicar pois muda o formato do Conselho. Não dá para substituir e depois a pessoa voltar. Isto não está previsto no nosso Regimento. Incluir uma substituição é diferente; não muda o que vimos trabalhando até agora. Tudo bem Ana Carolina?

Ana Carolina – acho importante que se isto já estiver disposto em algum outro conselho municipal, seria mais justo porque seria proporcional.

Maria Teresa – sim, seria uma boa ideia; não pensamos nisto.

Christina Borges – tenho uma dúvida em relação aos nossos períodos de férias. Olhando minhas faltas, notei que foram neste período. Meu suplente participou, mas fiquei com falta.

Maria Teresa – não deveria ter ficado se o suplente participou. Pode ser que tenhamos misturado o seu suplente com alguém de outra cadeira da SPTrans.

Christina Borges – ela é Cristina também e pode confundir.

Maria Teresa – vamos verificar; por isso enviamos a planilha para vocês nos auxiliarem neste sentido. Por favor veja com a Rosa para checarmos.

Rosa – seria interessante que nos avisassem também.

Maria Teresa – neste caso penso que cada titular deve conversar com seu suplente. Os suplentes também recebem as convocações. Se tivermos que ficar controlando isso ficaremos doidos. Se o suplente também não comparece, aí sim é falta.

Mauro Calliari – estava tentando entender a natureza das mudanças propostas; entendo que surgiu a dúvida em relação à entrada e saída de membros, mas considero lamentável termos que ficar inserindo tantos detalhamentos num Regimento que, ao invés de simplificarmos, estamos complicando. Na mesma linha, foi feita uma sugestão de horários, acho que acaba engessando o trabalho de vocês. Pode acontecer de haver uma pauta urgente que precise

entrar e alguém poderá argumentar: mas no Regimento só é permitido falar de pautas urgentes às 10:25. Minha sugestão é facilitar e não ficarmos presos há algumas questões. Concordo com o que foi dito em relação horário para o início da reunião, mas o interesse de todos é que as reuniões sejam rápidas e eficientes. Muitas regras abrem precedentes para as pessoas dizerem que isto não vale por causa disso ou daquilo. Também aquela questão das ausências, me parece que estamos entrando num inferno burocrático para vocês. É uma questão de bom senso: por exemplo a pessoa falta em todas as reuniões, mas aí pode dizer que casou, enfim qualquer coisa. Avisar a Rosa antes, já demonstra boa fé. A sugestão é mais no sentido de não engessar o trabalho de vocês.

Maria Teresa – concordo com você em relação ao conceito, mas isto não está congelado; é apenas uma sugestão de estrutura. É uma estrutura básica que o presidente da Mesa poderá organizar da maneira mais adequada em cada reunião de acordo com o número de participantes e os assuntos do dia (mais ou menos polêmicos). A cada reunião os “combinados” acontecem no início e poderão ser alterados (há um artigo no Regimento que delibera isto). Em relação às faltas não queríamos burocratizar, mas, ao mesmo tempo, quando não há regras, ficamos sem saber como decidir certas questões. É importante existir alguma regra inicial; os casos omissos passariam por aprovação do conselho. Dificulta não havendo regras, pois a cada decisão, precisamos passar pela aprovação do conselho. Faltas, por exemplo, considero que não é um assunto para o conselho ficar lidando a todo momento.

Adauto – apenas confirmando, caso o titular não possa comparecer na reunião, seu suplente poderá substituí-lo e não será considerado falta; isto é, a entidade estaria representada, correto?

Maria Teresa – com certeza, os dois são conselheiros e recebem igualmente os informes; quanto a isso não se preocupe. Quando fizemos o controle de faltas, observamos também se o titular ou suplente estiveram presentes e consideramos ou não a presença. Só será considerado falta caso nenhum dos dois tenha comparecido. Em relação à perda de mandato, as entidades não podem perder o mandato (Decreto); somente as pessoas. Portanto, se as pessoas indicadas pelas entidades não estiverem comparecendo nas reuniões, a secretaria executiva enviará um comunicado informando que seus nomeados não estão comparecendo e solicitará que indiquem outras pessoas. É diferente dos votos diretos, de pessoas físicas eleitas pela sociedade civil organizada. Neste sentido vamos detalhar no edital de eleições que serão chamadas as pessoas que ficaram em segundo, terceiro ou quarto lugar para ocupar a cadeira de quem perdeu o mandato por faltas, quando for o caso.

Adauto – apenas mais uma questão, sou suplente do Presidente da entidade e por vezes devo substituí-lo por algum motivo; neste caso, ele não perderá a titularidade, correto?

Maria Teresa – não. Se um dos dois comparecer, estarão representados.

Elisabete França – bom dia a todos e todas. Sobre a colocação do Mauro (burocratizar), penso que esses conselhos enormes, onde em toda reunião aparecem apenas 1/3 dos conselheiros, deverá ser revista; é uma pauta para a próxima gestão. Há setores da sociedade ou do poder público que nunca apareceram porque não estão ligados aos temas. A ideia de conselhos onde participam toda a sociedade acaba perdendo a função. Há entidades que não têm o menor interesse no tema de transportes, por exemplo. Isto deve ser revista; mas, enquanto não acontece, temos que ter um controle. O Ministério Público acompanha muito de perto esta questão dos conselhos e sempre temos que responder processos entre outros. O ideal seria não existir tanto controle, mas temos que apresentar relatórios e tudo mais. Fica então uma pauta para revisão, pois temos um conselho com mais de sessenta participantes,

onde esperamos meia hora para o início da reunião e comparecem apenas vinte e poucos conselheiros. Na minha opinião, há algo errado.

Carolina Guimarães – referente ao envio de sugestões de pautas pelos conselheiros para análise da coordenação executiva, gostaria de saber se teremos uma resposta de vocês sobre os motivos de nossas sugestões serem ou não aceitas.

Maria Teresa – com certeza terão uma resposta. Teremos até vinte dias antes da reunião para que as pessoas encaminhem suas sugestões de pautas. A coordenação executiva se reunirá até quinze dias antes para preparar o material, enviar as convocações e publicar no Diário Oficial. Pode acontecer que para alguma uma pauta solicitada não exista tempo hábil para atendimento por necessidade de algum estudo complementar entre outros. Quem decidirá quais os pontos que entrarão na pauta será a coordenação executiva que é representada pelos três segmentos. Informaremos os pontos e responderemos ao conselheiro que a pauta não será atendida e o porquê – seja por não ser assunto do CMTT ou se atenderemos em uma próxima reunião. Podemos passar para o próximo ponto? Há mais alguma coisa?

Carlos – sim.

Maria Teresa – esqueci de te responder Carlos. Sobre a questão de as reuniões acontecerem online, os membros do GT entenderam que as reuniões presenciais são mais produtivas e melhores que as online. Consideraram que as reuniões ordinárias do CMTT devem ser presenciais, exceto em períodos de exceções como agora (pandemia). Podemos colocar aqui o que você trouxe, mas esta foi a posição do GT.

Carlos – entendi e respeito qualquer decisão tomada, mas penso que é uma realidade que veio para ficar e deveríamos levar em consideração, pois as pessoas também poderiam, por outro lado, serem mais produtivas em seus ambientes. Os deslocamentos afetam bastante as rotinas diárias. Poderia ficar a cargo da coordenação executiva deliberar quando seria oportuno realizar ou não online. Outro ponto é que no Artigo XXI é descrito que com a perda do mandato, a entidade deverá indicar um novo suplente no prazo de trinta dias. O que entendi é que automaticamente o suplente se torna titular e deverá haver um novo suplente, é isso?

Maria Teresa – exato, neste caso da perda de mandato o suplente vira titular e a entidade deverá indicar um novo nome para o suplente. Podemos então votar? Vocês entendem que poderemos aprovar o Regimento Interno para que possa começar a valer a partir desta reunião? Está maduro ou preferem estudar mais a matéria?

Paulo Reis – li a proposta da minuta e fiquei na dúvida em relação à representatividade das mulheres conforme debatemos anteriormente. Da forma que está, com um único voto, ela será eleita. Representará uma pessoa e este é um fator desmotivador; penso que teria que haver um coeficiente mínimo de desempenho.

Maria Teresa – não podemos mudar isto pela legislação que delibera sobre a paridade de gênero nos conselhos. Ela não permite este tipo de trava. Se a pessoa for eleita com apenas um voto não necessariamente ela não é representativa.

Paulo Reis – ok, descordo dessa visão, mas vou me aprofundar no estudo da Lei. Um dos fatores desmotivadores da participação nos conselhos é justamente isto. Ela teve apenas um voto enquanto o suplente teve, por exemplo, cinquenta e poderia levar mais demandas.

Macabelli – uma dúvida, sobre a reeleição dos conselheiros, houve alguma alteração? Como ficou?

Maria Teresa – foi colocado na minuta que vocês receberam. O grupo sugeriu limitar a uma reeleição no caso da entidade civil organizada, eleita através de votos; isto não se aplica às indicações do poder público e entidades. No caso de voto direto, pessoa física, sugerimos uma reeleição com a espera de um mandato para poder se candidatar novamente.

Paulo Reis – isto será aplicado aos suplentes também?

Maria Teresa – agora fiquei na dúvida. Penso que seja apenas ao titular. Isto deverá ficar definido no edital da eleição.

Rafael Calabria – esclarecendo o que foi dito em relação aos membros da sociedade civil; como já relatado não há chapa e o eleito é o titular e, neste caso, não há como trocar a indicação. São eleições diferentes: 2/3 (governo e entidades) e 1/3 (sociedade civil).

Maria Teresa – exato; mas podemos detalhar isto no edital de eleições. Tudo bem? Vamos votar?

Rafael Calabria – em relação às justificativas de faltas, sugiro que se amplie um pouco mais; vi que não há doença por exemplo.

Maria Teresa – há doença; não, consulta médica. Seria incluído aqui?

Rafael Calabria – sim.

Sandra Ramalho – apresentar atestado médico.

Maria Teresa – penso que não. A pessoa deve avisar, mas não precisa ir ao médico somente para poder apresentar um atestado.

Paulo Reis – com relação à **doação de sangue**, com exceção dos casos muito graves, poderia ser retirado da minuta. Se a pessoa foi doar por necessidade ela terá o comprovante da doação. São poucas reuniões e a pessoa marcar uma doação de sangue na mesma data é esquisito. Este item poderia ser retirado e caso a pessoa tenha que doar sangue ela enviará o comprovante.

Maria Teresa – se não tiver este item e a pessoa necessitar emergencialmente fazer uma doação de sangue, eu não posso aceitar a justificativa dela e teria que passar pelo conselho.

Paulo Reis – então **poderá vir com a ressalva** de que a doação é para casos familiares e/ou extremos e não a doação voluntária.

Maria Teresa – vou inserir e depois vemos como redigiremos.

João Santo – nada contra votar, mas acredito que muita gente não leu a minuta e proponho votarmos na próxima reunião.

Ana Carolina – desculpem, mas a minuta foi enviada com tempo suficiente para análise de todos.

Maria Teresa – o João acha que não deveríamos votar, alguém mais concorda com ele? É contra votarmos hoje?

José Montal – fiquei na dúvida sobre os segmentos que participam da sociedade civil. O primeiro é Saúde e Meio Ambiente. Como integrante da Saúde, parece que é algo imenso e que nunca acharemos o representante ideal. A medicina tem uma especialidade voltada para mobilidade e saúde (medicina do tráfego). Pergunto se **não caberia fazer esta distinção?**

Maria Teresa – não podemos fazer esta modificação que está ligada ao Decreto e não ao Regimento Interno. Estaríamos restringindo as opções do Decreto.

José Montal – trata-se então de uma questão legal.

Maria Teresa – podemos enquadrar no edital de eleição, especificando melhor o que se enquadra como “saúde”. Anotaremos sua sugestão para este fim. Considerando o adiantado da hora (10:13), vamos votar? Quem aprova este novo Regimento Interno permaneça como está e quem for contra, por favor, se pronuncie (mãozinha, chat ou microfone).

Rafael Calabria – sou a favor da aprovação; apenas uma observação: estamos tendo mais cuidado para votar um Regimento do Conselho do que o Congresso votou a PL da morte no trânsito ou o governo estadual está votando o PL 529. Isto é bom para o Conselho e ruim para os governos estadual e federal.

Maria Teresa – quem bom que estamos sendo considerados sérios no nosso trabalho. Obrigada, estou entendendo como um elogio.

Rafael Calabria - sim, é isto mesmo.

Maria Teresa – então está bom. Realizaremos as questões burocráticas e administrativas do Regimento e colocaremos no site para todos terem acesso à versão final com os pequenos ajustes de redação. Antes de passar para o terceiro assunto da pauta, gostaria de incluir um ponto solicitado pela Secretária, que é a respeito de um **grupo de assédio no transporte público coletivo por ônibus**. Informamos que este assunto vem sendo discutido desde março e que está sendo montado neste momento. É um grupo de trabalho intersecretarial e gostaríamos de incluir dois representantes de cada segmento, com exceção do poder público que já está representado. Seria um conselheiro titular e um suplente de cada segmento para aqueles que tiverem interesse em participar. Solicitamos que os interessados enviem seus nomes para o CMTT, no e-mail da Secretaria Executiva (Rosa). Se houver mais do que quatro pessoas interessadas em participar, veremos com a coordenação executiva e os interessados, quem seriam os representantes. Abriremos a palavra para a Vanessa ou Cilene para comentar o assunto.

Vanessa – é isto; em março fizemos uma roda de conversas na PMSP para tratar a questão do abuso sexual nos ônibus municipais e, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos, nos propusemos a criar este grupo. Entendemos que é imprescindível a participação da sociedade civil (conselheiros e conselheiras do CMTT), a fim de discutirmos ações e campanhas efetivas no combate ao abuso sexual. Gostaria de ressaltar que no período atual - eleitoral -, não podemos deflagrar nenhuma campanha; porém nada impede que conversemos para adiantarmos esse assunto.

Cilene – conforme foi dito, a conversa promovida em março foi com os Recursos Humanos das empresas e técnicos da SPTrans objetivando ampliar essa discussão no âmbito da SMT. É necessário aproveitarmos este momento para trabalharmos na sua divulgação. Podemos fazer uma apresentação para vocês com os dados que dispomos. Desta forma, quando terminar o período eleitoral, já teremos algumas propostas e ações em andamento.

Maria Teresa – grata Cilene. Se alguém tiver algum comentário sobre este assunto, vou pedir que seja breve tendo em vista que não era um item de pauta. Ficamos à disposição para maiores esclarecimentos sobre o assunto caso seja necessário.

Paulo Reis – já enviei e-mail para o CMTT manifestando meu interesse sobre este grupo. Inclusive temos um trabalho com uma associação de mulheres que combatem o abuso sexual em vias públicas, aplicativos, etc. É possível somar e contribuir.

Rafael Drummond – apenas uma intervenção sobre nossa **plataforma das reuniões online**. Temos tido dificuldades desde a primeira reunião. Confesso que já cheguei num limite de tolerância que outros participantes também devem ter chegado. Portanto, gostaria de solicitar que encontrássemos uma outra solução. Em algumas ocasiões não consegui entrar no chat, em outras não conseguimos ver as pessoas ou as apresentações. Agora por exemplo não consigo ver nem os nomes das pessoas. São vários pequenos problemas que estão se acumulando. Entendo que é uma plataforma paga pela SMT e que há um contrato, mas ela não está funcionando para o nosso Conselho.

Ana Carolina – concordo com o Rafael, pois esta plataforma impõe uma série de dificuldades para a nossa participação, embora possa ser prática para vocês. Dependendo da versão que as pessoas têm no computador ou app elas não conseguem entrar. Existem plataformas gratuitas.

Maria Teresa – quais vocês sugeririam?

Ana Carolina – penso que o Zoom seria uma boa opção.

Maria Teresa – pelo Zoom teríamos apenas 40 minutos.

Ana Carolina – neste caso teriam que obter a versão paga, mas há também o Google Meet que permite uma extensão do horário.

Maria Teresa – Google são 100 pessoas e pelo que estou vendo aqui estamos hoje com 58. Avaliaremos se podemos utilizar outra plataforma ou se, em virtude do contrato, devemos manter a mesma. Também não defendo o Microsoft Teams e tenho minhas dificuldades, mas é preciso verificar algumas questões além das técnicas (gravações).

Elisabete França – devemos ver, pois é a plataforma oficial da PMSP; não foi contratada pela SMT. As pessoas poderão relatar seus problemas para melhorarmos, mas é preciso verificar com o jurídico.

Maria Teresa – sim. Verificaremos se podemos utilizar outra plataforma e também ver se há todas as funcionalidades que necessitamos, sobretudo a gravação da reunião. Vamos verificar e retornaremos.

Rosa – o Carlos citou o manual de utilização da plataforma. Posso enviar novamente ao grupo para ver se ajuda.

Maria Teresa – certo; mas há algumas questões que nem mesmo o pessoal da informática conseguiu solucionar. Agora gostaria de pedir para invertermos o próximo assunto da pauta, pois alguns precisam participar de uma outra reunião. Passarei a palavra para o José Renato para fazer a apresentação sobre as ações emergenciais: “*Resumo das Oficinas realizadas com os Membros da CT de Mobilidade a Pé, SAMPAPE, Mackenzie, Associação Comercial e SPURbanismo*”.

José Renato – bom dia a todos; sou José Renato Melhem, da área técnica da SMT. Nesta equipe temos também a Michele Perea, a Luiza Gomide e a Rosemeiry Leite que poderão complementar minha fala. **Obs.:** a apresentação “*Resumo das Oficinas realizadas com os Membros da CT de Mobilidade a Pé, SAMPAPE, Mackenzie, Associação Comercial e SPURbanismo*”, integra esta Ata.

Maria Teresa – obrigada José Renato. Vamos abrir para os comentários e solicitar que fechemos este assunto até às 11:00 pois a equipe terá uma reunião a seguir.

Oswaldo Rafael – gostaria de mencionar que admiro essas ações de alargamento de calçadas e facilitações nas esquinas e dar também uma contribuição. Com relação aos bares e restaurantes ocupando as calçadas, há que ter muito cuidado pois como podemos constatar, o respeito pelas pessoas que caminham não é tão bem observado. Quando há mesas ou permissão para que as pessoas fiquem nas calçadas fumando ou bebendo a linha guia dos cegos é interrompida com as mesas. Uma contrapartida necessária nesses casos seria o piso tátil direcional ou eixo da faixa livre e não simplesmente pintar aquela faixa amarela. Outra contribuição é que quando é feito o alargamento de calçada temporário, falando da Porto Geral que eu conheço, observamos que a calçada é muito ruim. Portanto, se eu permitir que as pessoas caminhem pela via sinalizada, chegará um momento em que ela não conseguirá entrar no estabelecimento por falta do rebaixamento. Apenas para chamar a atenção que há entradas mais estratégicas entre as esquinas.

José Renato – sim. Esta foi uma questão que conversamos com os lojistas. Em alguns locais existe o rebaixamento por causa dos veículos e em outros o acesso fica prejudicado. Vamos estudar para que possamos permitir esse acesso à calçada original de quem está na faixa verde, sem que exista uma distância muito grande.

Mauro Calliari – a apresentação do José Renato foi muito boa. É importante vermos neste conselho a participação da sociedade civil, do Mackenzie, da Associação Comercial e vocês tentando amarrar isto tudo. Perdemos muito tempo no início da pandemia em relação às

outras cidades do mundo e o fato de estarmos correndo atrás é relevante. Gostaria de sugerir duas coisas: **a)** que o prazo fosse muito bem estabelecido pois já estamos em outubro e é muito importante que saia essas quatro intervenções devido ao movimento do final de ano. - mesmo que seja no modo provisório, com cones e faixa verde como na rua Oriente -. **b)** que se pense na replicação das ações e logo; assim que tiverem qualquer resultado que, pelo jeito será bom, já se apresente o manual de como fazer, peguem a verba do PEC e já deixem começado. Tenho o maior receio de perdermos a chance com a mudança de mandato. Pode mudar ou não, mas que não percamos a chance de replicar esse ótimo trabalho que estão fazendo.

José Renato – obrigado Mauro. A nossa ideia é de fato, após o resultado dos quatro primeiros locais, iniciar a implantação dos demais obtendo um reflexo prático dessas intervenções. O objetivo em relação aos quatro projetos apresentados é concretizá-los entre setembro e outubro, exatamente por causa da intensificação da mobilidade entre novembro e dezembro. Esses modelos com características diferentes e tipos de intervenções diversificadas possibilitam a replicação o mais breve possível. Há uma lista de dezoito locais, mas podemos ver outros.

Maria Teresa – o Carlos perguntou no chat se os tempos de semáforos de pedestres foram revistos e/ou aumentados e se nos semáforos para os veículos houve algum aperfeiçoamento no sentido de sincronizar as sinalizações?

José Renato – nesses quatro ainda não conseguimos reestudar o tempo semafórico; porém, em função da regulamentação do Estatuto do Pedestre, temos trabalhado em parceria com a POLI-USP a possibilidade de uma modernização e atualização dos tempos semafóricos. Em alguns locais observamos que o tempo é inadequado ao fluxo dos pedestres; este é um assunto em pauta e estamos pensando em soluções. No viaduto Beneficência Portuguesa, uma entidade sugeriu e vamos tentar implementar uma botoeira que seja ativada pelo pé para evitar que as pessoas fiquem colocando a mão que, neste momento, não é o mais adequado.

Paulo Reis – uma sugestão: na botoeira pode ser feita uma adaptação do sensor de presença e diminuir a sensibilidade de 1m para 20cm; isto evita que o botão seja acionado por pessoas que estejam passando na rua.

José Renato – ótima sugestão.

Sandra Ramalho – gostaria de parabenizar a proposta dos alargamentos de calçadas; quero reforçar o que foi dito pelo Oswaldo em relação ao acesso às lojas pois fica realmente complicado. Queria também trazer um problema com os cadeirantes e pessoas com carrinhos na Libero Badaró. Ali sempre usei muito a ciclofaixa que neste local é estreita e a angulação da sarjeta nos deixa em situação bastante complicada para controlar a cadeira. Portanto, se for possível fazer na pintura alguma correção, seria importante inclusive para evitar quedas. Sobre a botoeira para acionar com pé há também que se pensar em pessoas que não conseguem utilizá-lo.

José Renato – esta questão da inclinação entre guia e sarjeta por conta da drenagem é importante, pois é mais acentuada. A ampliação é de 2,30m e com isso já pegamos um trecho de 1.20m mais ou menos onde o asfalto já é menos íngreme, exatamente para evitar o que você comentou.

Adauto – trabalho muito bem delineado. Queria ver a questão do abastecimento dos estabelecimentos que ficam no viaduto da Beneficência Portuguesa. Há uma referência ao hospital que evidentemente precisa de insumos, assim como farmácias e outros comércios locais que também necessitam abastecimento. Nossa entidade (SETCESP) tem um trabalho nesse sentido e podemos auxiliar.

José Renato – obrigado pela pergunta. Sim, tivemos essa preocupação e foi comentado com a Associação Comercial, pois eles conhecem essa necessidade para carga e descarga, etc. Nas ampliações de calçadas com pintura de solo a colocação dos balizadores permitirá o acesso aos caminhões e/ou veículos quando necessário. No caso dos fechamentos de vias, que não constaram da apresentação, o horário permitirá uma carga e descarga em um horário adequado. Um dos exemplos estudados foi a Rua Galvão Bueno. Neste local, em alguns momentos, mesmo aos sábados eles necessitam fazer a carga e descarga pois o fluxo é muito grande e as mercadorias acabam. Portanto, os fechamentos que estamos estudando contemplam alguns períodos para que possam efetuar a carga e descarga de insumos. O apoio que você colocou também é muito importante para a gente.

Adauto – ok José Renato; farei contato com vocês.

Ana Carolina – gostaria de reiterar duas coisas; uma é o que o Mauro falou que é muito importante. O fato de fazer as coisas com celeridade irá nos mostrar algumas adaptações necessárias para que consigamos realizar outras ações como estas no futuro. Uma delas diz respeito ao uso do meio-fio pois ainda temos algumas questões muito engessadas em relação às vagas de estacionamento gratuitas e mesmo rotativas e precisamos de uma flexibilidade maior para utilizá-las. Inclusive é necessário considerarmos o uso sazonal dessas vagas para que as pessoas posicionem mesas na rua ou para extensão de calçadas. A outra coisa, reiterando o que o Calabria disse sobre botoeiras, para nós que defendemos o direito das pessoas caminharem a pé, elas deveriam ser a última opção. Muitas vezes forçam a pessoa a esperar mais tempo, sem contar que muitas delas estão quebradas. O funcionamento é confuso para a população. É melhor procurarmos outras tecnologias que substituam a botoeira e que não induzam o pedestre a pedir licença para atravessar ou mesmo abolir as mesmas nos locais onde há maior demanda.

José Renato – esta questão das botoeiras e tempos semafóricos, como comentado, já estamos trabalhando em relação aos mesmos, assim como com os acionamentos. Eventualmente o próprio semáforo captar a presença de pessoas e permitir o tempo adequado para que as pessoas possam atravessar. Tudo isto tem sido discutido juntamente com a implementação do Estatuto do Pedestre.

Élio – parabéns mais uma vez pela iniciativa. Minha sugestão é que as ações sejam descentralizadas para as várias subprefeituras regionais com a participação das GET da CET. Seria bastante oportuno. Reforçando a questão das botoeiras já abordada pela Ana Carolina, pergunto: botoeiras para quê? Os carros não têm e para os pedestres também não deveria existir. Eventualmente, em locais que necessitem ter, que ação seja de pronta entrada e não seja necessário aguardar todo um ciclo (ligação com outros semáforos da via). Em relação à pintura de solo, sabemos que a aderência fica prejudicada em 60%. Principalmente na Ladeira Porto Geral que é uma via com bastante declive. Seria bom dar uma olhada neste aspecto.

José Renato – agradeço o elogio. Realmente a questão da pintura do piso deverá ser bem feita para que não perca a aderência e em especial na Ladeira Porto Geral. Outra coisa que estudamos é, eventualmente, não preencher todo esse espaço apenas com pintura verde, mas com grafismos que as entidades estão elaborando. Além de alternar o tipo de piso, poderá facilitar a identificação das pessoas sobre o motivo da intervenção. Pensando claro em um material que não perca a aderência sobretudo em dias chuvosos.

Oswaldo Rafael – o Sr. Élio já comentou a minha preocupação em relação ao piso escorregadio citando o exemplo da Ladeira Porto Geral. Uma sugestão para o leque de opções: ao invés de pintar fazer uma camada superior de asfalto (sem fresar); acabaria diminuindo o desnível em 5cm. Em locais onde a inclinação é muito alta eu faria outro tipo de sinalização, pois o escorregamento é preocupante.

José Renato – perfeito. É uma questão importante a verificação do material para que não constitua uma superfície escorregadia. A sugestão do asfalto é mais complicada, pois teríamos uma intervenção mais complexa (tempo, espessura adequada, trabalhar a fresa, etc). A pintura é algo mais rápido permitindo um benefício imediato para as pessoas (não descartaremos sua sugestão).

Maria Teresa – gostaria de lembrar, que além dos nossos contatos nas reuniões e Câmaras Temáticas, a equipe de sinalização, especialista em tecnologias e especificações, também está envolvida. Existem também os especialistas da própria CET que conhecem os diversos tipos de tintas e estão atentos à estas questões. Podemos também verificar os vários comentários do chat e enviar para vocês.

José Renato – no início citei os envolvidos diretamente com os trabalhos, mas temos toda uma equipe da CET de sinalização, implementação e as GET nos diversos locais sempre atuando junto conosco em cada projeto.

José Montal – parabéns pela apresentação. Foi colocado que a iniciativa que você está encabeçando seria o distanciamento das pessoas em função da pandemia. A minha pergunta é se existe algum **conhecimento em relação aos conflitos** com atropelamentos e acidentes nesses pontos específicos com grande concentração de pessoas? Foi feita alguma **análise** que poderia servir para uma situação posterior para sabermos inclusive **sobre a eficácia** dessa iniciativa? Foi levado em conta o **compartilhamento com veículos e a velocidade nesses locais**?

José Renato – sim, tivemos essa preocupação. Quando elaboramos projetos em esquinas, pensamos sobre a travessia, pois é ponto complicado onde ocorrem acidentes e atropelamentos. Neste sentido trabalhamos com a ampliação da esquina não só na área da faixa de pedestre para melhorar a visibilidade do pedestre e do veículo. Na Ladeira, por exemplo, trabalhamos no sentido para que a segregação do espaço seja delimitada e mais respeitada. Organizar o espaço dos pedestres e motoristas de veículos.

José Montal – está muito em voga a questão da economia do comportamento. Existe alguma preocupação em **comunicar para o pedestre a intenção do estado em protegê-lo**? Como será feita esta comunicação? Existe algo no projeto?

José Renato – é uma questão que tem nos preocupado bastante, pois há uma série de restrições em função do período eleitoral. Não podemos utilizar banners, panfletos e outros meios que falem da PMSP intervindo no local em virtude dessa restrição. Estamos comunicando os envolvidos tais como Associação Comercial e através das entidades, procurando chegar aos usuários. Neste sentido, a intenção também é que própria intervenção comunique o motivo através de grafismos e desenhos. Isto sempre dentro das limitações atuais. Há algumas matérias de imprensa saindo, mas não podemos fazer nenhum tipo de divulgação maior devido a Lei Eleitoral.

José Montal – considerando que os comerciantes, a prefeitura e os pedestres possuem o mesmo propósito – não serem atropelados e nem contaminados -, seria um bom mote de comunicação. Por exemplo o comerciante demonstrar sua preocupação com a segurança dos seus clientes. Como a PMSP poderia se colocar como um vetor de comunicação entre o pedestre e o comerciante?

José Renato – sim, perfeito, é importante tentar mostrar a importância desse tipo de projeto. Muito boa sua sugestão; aproveito para dizer que a aceitação entre os comerciantes foi muito positiva. Nos locais previstos para a intervenção foi até sugerido a ampliação para outros locais. Eles mesmos estão identificando a importância de melhorias no acesso dos pedestres aos seus comércios.

Canhadas – uma observação rápida: as Gerências de Engenharia de Tráfego (GET), junto com os Departamentos de Controle Semafóricos, revisam frequentemente os semáforos para pedestres, aumentando o tempo de travessia para os mesmos. As sugestões apontadas hoje serão encaminhadas aos setores responsáveis.

José Renato – excelente colocação. Existe essa preocupação da SMT e CET em melhorar e qualificar o espaço de travessia dos pedestres em relação à segurança. Há outras intervenções nessa direção.

Maria Teresa – passaremos para nosso próximo ponto de pauta de acordo com o que nos foi solicitado que é uma atualização das *Ações da PMSP sobre Mobilidade e Transportes*. Passo a palavra para a Secretária Elisabete França.

Secretária Elisabete França – Obs.: a apresentação *Ações da PMSP sobre Mobilidade e Transportes* integra esta Ata.

Maria Teresa – obrigada Secretária. Abriremos agora para as inscrições.

Sandra Ramalhão – sobre o **piso dos pontos de ônibus**, será feito o **alteamento** dos mesmos? Fiz a mesma pergunta quando respondi à consulta, mas ainda não recebi resposta. Ainda vamos bater na tecla dos ônibus com elevador? Esses ônibus não são acessíveis. Não oferece autonomia e nem segurança à pessoa com deficiência e cria uma animosidade entre os demais passageiros e as pessoas com deficiência pela espera na operação. Os ônibus que já possuem o piso alteado (Vila Mariana e Jabaquara), com lugares para quatro cadeirantes e que podem ser usados para bagagens e tudo mais, devem se expandir para todas as regiões. É simples dizer que existe o ônibus na rota da Vila Mariana, mas como é que a pessoa com deficiência chega na Vila Mariana? Tenho conhecimento dessas rotas próximas às instituições, e é um ótimo trabalho, mas temos que pensar como as pessoas

chegarão até elas. Sobre o **aplicativo do táxi**, gostaria de saber se está **incluso o táxi acessível**. Outra coisa é que ouvi que haverá dois lugares para as pessoas com deficiência nos ônibus articulados e gostaria de agradecer, pois foi uma luta bastante importante que tivemos. Reforço que este ônibus com piso baixo facilita demais para a pessoa com deficiência e o benefício se estende à toda sociedade.

Élio – secretária, solicitamos que verificasse alguns pontos de melhoria na mobilidade do transporte coletivo a saber. **A) piso baixo**, apesar de uma a **Lei 13.542-2003** não admitir os pisos altos isto não foi observado até agora pelas empresas. Além disso, veículos com piso alto circulam em toda periferia exigindo que as pessoas subam 45cm. Outro detalhe do piso baixo é o câmbio automático que, além de favorecer o motorista evita acidentes na condução dos passageiros quando da troca de marchas. **B) pontos de ônibus** já existia um acerto em 2016-17, para que os pontos de ônibus fossem **deslocados junto às esquinas** por motivo de segurança viária (próximo às faixas de pedestres) e segurança pessoal principalmente das mulheres que ficam no meio do quarteirão sozinhas. **C) facilitação do transbordo** de passageiros já que o volume será maior com a nova rede. **D) retirada dos táxis das faixas exclusivas e corredores** e colocação das **faixas exclusivas do lado esquerdo** nas avenidas. Esses últimos pontos atendem tanto na qualidade do transporte quanto no subsídio, tornando o transporte mais eficiente.

Oswaldo Rafael – recentemente saiu uma Lei que São Paulo daria mais 400 **táxis acessíveis** para a Cidade. Como sabem, esses veículos requerem uma adaptação bastante onerosa o que faz com que os profissionais não se apresentem. A SMT poderia oferecer essas licenças sem cobrar a outorga necessária como incentivo para que as pessoas ofereçam o serviço de táxi acessível. Sobre a **Uber**, não sei se vocês podem interferir, mas eles possuem vários serviços menos para as pessoas com deficiência (fora do Brasil já existe). Se houver a possibilidade da SMT interceder, seria interessante cobrar que disponibilizem também este tipo de serviço. Reforçando o que disse a Sandra sobre piso baixo e plataforma elevatória. A plataforma elevatória é acessível e o **piso baixo** é desenho universal – **todos usam, inclusive a pessoa com deficiência**. Se um usuário tiver problemas cardíacos ou no joelho e solicitar ao motorista que ele abaixe a plataforma, ele não o fará; atende somente os cadeirantes. A plataforma deveria ser usada em último caso; somente quando tecnicamente for inviável. A legislação federal diz que a concepção e os projetos devem seguir o desenho universal.

Mauro Calliari – obrigada pela apresentação. Gostaria de perguntar sobre riscos. Destaco três questões: **A)** será que todas as ciclovias sempre passarão por algum questionamento jurídico? Se assim for, o que seria possível fazer para **garantir** que as **licitações e processos de concessão não sejam barrados** toda hora. **B) pontos na carteira de motoristas** (abrandamento), aprovados pelo Congresso; considera que poderá ser um risco em relação à segurança por parte de motoristas mais imprudentes? **C) mudança de gestão:** quais ações apresentadas que correm o risco de não se concretizarem se houver mudança de gestão?

Carolina Guimarães – fiquei em dúvida em relação a alguns números: o Dória, em seu programa de metas havia estipulado 72 Km de corredores, o Covas mudou para 8 km e o slide mostra 28 Km de corredores e 88 Km de faixas. Isto está em andamento e é cumulativo ou está sendo executado e fechará nesta gestão.

Secretária Elisabete França – sobre **acessibilidade no ônibus**, existe um plano da SPTrans para que a acessibilidade seja completa, mas é um desafio enorme. Acho que numa próxima reunião técnica do CMTT, poderíamos convidar a Sandra e o Oswaldo e apresentarmos os planos específicos sobre esta temática. A SPTrans está atenta às demandas, mas seria interessante mostrar os projetos e o que está previsto no manual de obras viárias; deixaríamos tecnicamente explicado este quesito. Sobre a **judicialização - ciclovias e ciclofaixas novas** -, vamos conseguir atingir a meta, é uma questão da legislação brasileira, passamos por um processo de contestação e os controles ficam maiores por parte dos órgãos com essa responsabilidade. Estamos atendendo as demandas do Tribunal de Contas e com certeza não teremos problemas. Sobre a **descontinuidade da gestão**, sempre acredito que as boas práticas serão replicadas; há equipes técnicas que continuarão mesmo se houver mudança de governo e defenderão as boas práticas; temos também o CMTT e Câmaras Técnicas que continuarão cobrando e imaginamos que haverá bom senso. Sobre os **dados**, apresentei um balanço da gestão – 2017-18-19-20 - e como falei, não são nominais. O que se produziu e o que não se produziu em quatro anos. O plano de metas foi revisto em 2019 e o que falei foi de requalificação, totalizando cento e poucos quilômetros de corredores e faixas exclusivas. No quesito novas faixas, estamos implantando 41 km de novas faixas exclusivas. O Mauro colocou uma questão importante sobre a **Lei que diminui pontos na carteira**: tenho a absoluta convicção de que isto não fará bem para o Brasil. A mídia diz que há uma indústria de multas, mas a indústria que existe é da irresponsabilidade de quem dirige. Verificamos os números durante a pandemia - quando está proibido o envio de multas para a casa das pessoas - e esse número aumentou excessivamente. Temos três milhões de multas paradas. Como parece não ter controle porque as multas não estão sendo recebidas em casa, saem por aí dirigindo a 1000/hora (25% desses três milhões de multas são de alta velocidade). Conhecemos a cultura brasileira: as pessoas só usam cinto de segurança porque elas são multadas; temos diminuição de velocidade em algumas vias e as pessoas são multadas pois há radares que fiscalizam quem está fazendo bobagem. Este ano tivemos 200 caminhões que bateram em túneis e viadutos à noite; isto significa um prejuízo enorme para a PMSP consertar. Isto porque a pessoa acha que liberou geral neste país. Infelizmente é o que temos e penso que faz muito mal para a sociedade brasileira flexibilizar esta questão de pontos na carteira.

Maria Teresa – obrigada Bete. Vamos então organizar uma reunião sobre a questão do desenho universal e acessibilidade no transporte público seja coletivo ou individual (Táxis e Atende). Convidaremos vocês para aprofundarmos esse debate. Temos mais uma questão que foi levantada no chat pelo Sidnei.

Sidnei – sobre a utilização dos corredores de ônibus pelos táxis, já foram feitos estudos há três ou quatro anos atrás e o resultado foi que não houve nenhum ganho para o transporte público no que diz respeito a desempenho. Esta questão já está pacificada. O SP-Taxi está retomando sua funcionalidade, há uma empresa contratada responsável por isto. Gostaria de saber se há um prazo para iniciar? Havia uma promessa de que haveria uma divulgação mais específica sobre o assunto e não temos visto isto.

Secretária Elisabete França – a empresa já está contratada, está organizando seus dados; há 30 mil táxis cadastrados: 89 acessíveis, 2 mil táxis comuns, 25, mil comum rádio, 183 especiais e 177 luxo. Não podemos divulgar por causa da Lei Eleitoral.

Maria Teresa (por Sasha) – *“obrigada pela breve resposta e enorme otimismo. Agora com as licitações travadas e apenas 18 km feitos até o início de setembro não entendo como a meta de 174 km de novas ciclovias poderá ser cumprida. Se isto acontecer votarei para a Bete ser eleita a Mamãe Noel”*. Vamos passar para o próximo ponto que é **Bilhete Único**. Quem falará pela SPTrans?

Carlos – sou eu e a Isabela, superintendente da área de comercialização.

Rafael Calabria – posso expor o que foi questionado sobre o Bilhete Único: a SPTrans divulgou no final do mês passado que vai atualizar o valor que aparece na cobrança do vale transporte (tem um aumento diferenciado em relação ao passe comum). Isto gerou a questão: se antes aparecia um valor de 4,40 e era cobrado 4,83 ou se agora aparece um valor e é cobrado outro. Está meio confusa a diferença do que aparecia e era cobrado antes e o que aparece e é cobrado hoje. Se o valor agora aumentar vai faltar no final do mês para os trabalhadores.

Isabela – para responder, preciso voltar em fevereiro de 2019. Através do Decreto 58.639, houve o fim do subsídio da tarifa do vale transporte e a tarifa do comum passou a ser diferente do mesmo. Uma explicação técnica do porquê implantamos essa alteração agora é que até então os validadores só enxergavam os valores de uma tarifa. Transportando para 2020, vamos supor que ele só enxergava o valor de 4,40 (crédito tipo comum). A equipe de TI veio trabalhando ao longo dos últimos meses para garantir essa transparência e implantar uma segunda tarifa nos validadores, que seria a tarifa de vale transporte. De fevereiro de 2019 até hoje, com somente uma tarifa no validador, o valor adquirido de crédito de vale transporte pelos empregadores convertido para a tarifa mais barata (4,40) e aí o resultado dessa conversão era disponibilizado para ser recarregado pelos trabalhadores. A ideia é que com a introdução do valor correto nos validadores, ou seja, a tarifa de 4,83, a PMSP passe a garantir maior transparência tanto para os empregadores que adquirem os créditos de vale transporte como para os usuários trabalhadores. O valor (4,83) que é adquirido hoje desde a implantação dessa operação nos validadores é o que realmente está sendo carregado pelos trabalhadores. Conseguimos extinguir essa conversão e fica mais simples e fácil tanto para quem compra como para quem utiliza, saber o que foi comprado e carregado e o que está sendo efetivamente utilizado. Não há nenhum prejuízo para o trabalhador com a alteração que foi feita. O que fizemos foi extinguir esse cálculo que estava sendo feito desde fevereiro de 2019.

Carlos – sim, é isto que a Isabela acabou de expor. Teremos mais transparência para o empregador e para o usuário. Se o empregador recarregar a importância de 100 passagens (483,00), é este mesmo valor que ele carregará no seu bilhete e quando fizer uso do sistema de ônibus, será descontada a tarifa de 4,83 que é a tarifa vigente. Nesse mês de agosto, como os créditos ainda haviam sido convertidos de 4,83 para 4,40, os valores até então carregados nos bilhetes estão sendo revalorizados. Ou seja, aqueles que receberam créditos a 4,40 e o seu empregador os comprou a 4,83, passaram por um processo de revalorização; esta diferença está sendo creditada no cartão dos usuários. Já encaminhamos resposta para os interessados e estamos orientando que basta inserir o cartão em um ponto de recarga para obtenção desse estorno.

Rafael Calabria – o Carlos acho que esclareceu minha dúvida. Os trabalhadores estão recebendo um valor maior agora em setembro e essa era a maior dúvida deles; é importante saberem que foi cobrado, mas estão recebendo mais. Então a explicação é que houve

também um aumento do crédito no bilhete único dos trabalhadores. Uma dúvida: como que a SPTrans fazia o repasse para as concessionárias sendo que o bilhete cobrava somente 4,40 antes? Como os 4,43 estava sendo repassado para as concessionárias antes, se a cobrança não estava sendo feita na catraca?

Isabela – quem poderia responder tecnicamente essa questão é o pessoal da Andreia, da superintendência de receitas e remuneração. Quando o empregador adquire o crédito do vale transporte ele paga o valor de 4,83; com essa conversão, o cálculo que é feito é em relação ao valor adquirido e ao valor carregado; porém, para a SPTrans, o que realmente entra no pedido de compra de crédito é o valor de 4,83. Na remuneração dos operadores é feito um cálculo levando em consideração o que é efetivamente pago a título de compra de crédito; ou seja, os 4,83. O que está sendo utilizado de 4,40 era feito um rateio proporcional entre os partícipes – metrô, CPTM e SPtrans -, conforme a utilização e o modal utilizado. Mas quem pode explicar como é feita esta conta da repartição entre todos os partícipes são os técnicos da área de remuneração. O que estou deixando claro é que o que o empregador adquire de crédito é o que entra para a SPTrans.

Maria Teresa – Carlos, eu sugiro que vocês façam um texto explicativo junto com a equipe da Andréia complementando o que já foi esclarecido aqui na reunião e enviamos por e-mail para todos os conselheiros. Pode ser?

Carlos – sim, sem problemas. O que precisa ficar claro é que o empregador tem essa obrigação legal de efetuar o pagamento do vale transporte independente do valor e descontar do empregado 6%, independente do valor da passagem. Não houve qualquer repasse; prejuízo ao empregado. Fizemos uma atualização no sistema para deixar mais transparente o processo.

Christina Borges – apenas informando que a Andréia se desculpou, mas teve que sair pois foi chamada pelo Tribunal para prestar alguns esclarecimentos.

Maria Teresa – então faremos dessa forma: a Andreia preparará um complemento desta resposta e enviaremos por e-mail para todos. Finalizando, ficou faltando estipularmos um prazo para que vocês manifestem por e-mail o interesse em participar do Grupo que tratará das questões de assédio sexual no transporte coletivo municipal por ônibus. Estipularemos até **05.10.2020** (segunda-feira) para o recebimento dos nomes. Caso tenhamos até quatro pessoas interessadas não será necessário realizarmos uma reunião sobre o assunto.

Christina Borges – esse assunto é muito pertinente; tanto que é ponto de pauta do Banco Mundial no projeto do corredor Aricanduva. É bem interessante que isto esteja acontecendo.

Maria Teresa – agradeço a presença de todos, as apresentações e o debate que realizamos hoje. Nos encontraremos nas próximas reuniões e/ou Câmaras Temáticas. Bom dia.

Síntese | Solicitações

Regimento Interno:

- **Ana Carolina** – **a)** substituir o “esposa” por “cônjuge”; **b)** conselheira que renunciou em virtude de se candidatar agora nas eleições municipais. Seria importante deixarmos isto claro também no nosso Regimento.

- **Rosa** - licença de seis meses não está previsto no Regimento (Luciana, Regional Centro).
- **Calabria** - justificativas de faltas: sugiro que se amplie um pouco mais; não há doença por exemplo.
- **Paulo Reis** –doação de sangue (ressalva é para casos familiares e/ou extremos e não a doação voluntária).
- **José Montal** – Segmento Saúde e Meio Ambiente. A medicina tem uma especialidade voltada para mobilidade e saúde (medicina do tráfego). Não caberia fazer esta distinção?

Outros:

- **Rafael Drummond** – plataforma das reuniões online. SMT ficou de verificar.
- **Sandra Ramalho** – piso dos pontos de ônibus, será feito o alteamento dos mesmos? SMT/SPTrans ficou de agendar reunião técnica com a participação da Sandra e Oswaldo.
- **Élio** - pontos de ônibus (existia um acerto em 2016-17), para que os pontos de ônibus fossem deslocados junto às esquinas.
- **Rafael Calabria** - como os 4,43 estava sendo repassado para as concessionárias antes, se a cobrança não estava sendo feita na catraca? Andreia (SPTrans) deverá complementar a resposta da Isabela. Coordenação Executiva enviará por e-mail aos conselheiros.